

Servidores federais seguem mobilizados contra o desgoverno Bolsonaro

O ano de 2022 será de muita luta contra o desgoverno Bolsonaro que teima em massacrar a classe trabalhadora.

O fantasma da PEC 32, da Reforma Administrativa, ainda segue ameaçando os servidores públicos e precisa ser derrotada no Congresso Nacional.

Com salários congelados há 5 anos, a maioria dos servidores do Executivo Federal protesta frente ao reajuste anunciado pelo governo Bolsonaro apenas para beneficiar carreiras da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Amanhã, 11, a Condsef realiza reunião do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), às 09h.

No próximo dia 14 (sexta-feira), a Condsef vai participar de uma reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef) para deliberarem sobre a greve geral do funcionalismo e também sobre o Dia Nacional de Luta, marcado para o dia 18 de janeiro.

No dia 20, a Condsef realizará uma Plenária Nacional para discutir a greve geral da categoria.

"Discutir a administração pública como um todo"

Ao Brasil de Fato, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, representando o Fonasef, argumentou que a categoria quer tratar não apenas de recomposição salarial e da perda do poder de compra do funcionalismo, mas de uma necessária reestruturação do setor público, "não como a reforma administrativa que prevê a destruição do serviço público".

"Nós queremos discutir a administração pública como um todo", aponta Sérgio. "A gente

quer que faça concurso público, pra recompor a força de trabalho, quer que melhorem os recursos pra ciência, pra educação, pras políticas de saúde, entre outras coisas".

É inegável que o congelamento salarial que corroeu o poder de compra da categoria nos últimos anos é um fator preocupante. De acordo com levantamento do Dieese, as perdas salariais da maioria do Executivo podem ultrapassar 40% a depender da categoria a exemplo de servidores do PGPE (Plano Geral Poder Executivo) e CPST (Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho). Nessas duas carreiras se concentram a maioria dos servidores federais ativos, aposentados e pensionistas.

Confira o calendário de reuniões que vão ocorrer de modo remoto através do Zoom:

Dia 11 | às 9h
Reunião Conselho Deliberativo de Entidades (CDE).

Dia 14 | partir das 8h
Reunião Fonasef;

Dia 20 | a partir das 9h
Plenária Nacional Condsef/Fenadsef que pode deliberar greve geral;

Dia 26 a 30 | (presenciais e virtuais).
FSM Porto Alegre.

Com informações repassadas pela Condsef.

ATENÇÃO

ATO NACIONAL EM DEFESA DOS ACT'S PENDENTES DA EBSEH.

PARTICIPE !!

TRABALHADORES DA **EBSEH**
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

- + DOIS ACT'S PARADOS!
- + DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL
- + SALÁRIOS DEFASADOS

Basta!

SINDSEP MARANHÃO



Reforma Trabalhista: Mídia tradicional defende emprego precário, sem direitos

Desde que o ex-presidente Lula elogiou a revogação da reforma trabalhista implementada pela Espanha em 2012, a mídia tradicional e figuras do meio político reagem contra uma possível reversão de parte das medidas que alteraram a legislação trabalhista em 2017, quando foi aprovada a reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), que prometia gerar 6 milhões de empregos e acabou gerando desemprego recorde e precarização do trabalho - empregos sem direitos e com salários baixos.

“É importante que os brasileiros acompanhem de perto o que está acontecendo na reforma trabalhista da Espanha, onde o presidente Pedro Sánchez está trabalhando para recuperar direitos dos trabalhadores”, tuitou Lula, que recebeu os cumprimentos do presidente do governo espanhol, Pedro Sánchez, em postagem na qual afirmou que as novas mudanças são “um exemplo de que, com diálogo e acordos, podemos construir um país mais justo e solidário”.

Na quinta-feira (6), presidentes de seis centrais sindicais também se manifestaram de forma favorável à discussão sobre a revogação de medidas que não trouxeram benefícios nem aos trabalhadores, nem à economia, sem atingir os objetivos propalados à época pelo governo de Michel Temer. “Nesse período o desemprego aumentou, a precarização e a insegurança laboral se generalizaram, arrocho salarial, pobreza e desigualdade se expan-

diram, trazendo crescimento econômico rastejante e aumento das mazelas sociais”, disseram em nota.

No sentido contrário, parte da mídia tradicional vem intensificando a defesa das supostas virtudes da reforma. Em editorial publicado na edição deste domingo, o jornal O Estado de S. Paulo ataca o PT e Lula, algo corriqueiro para o periódico, e defende as mudanças de 2017. “A reforma trabalhista do governo de Michel Temer é um marco jurídico sofisticado, de raro equilíbrio social e econômico”, diz o editorial.

Já o jornal Folha de S. Paulo abriu espaço para o próprio Temer, em artigo, defender sua reforma que, segundo ele é “injustamente atacada”. “Ressalto que o combate ao desemprego depende de emprego, e este só se verifica se houver empregador. Não podemos alimentar a disputa permanente entre esses setores fundamentais para a economia nacional. Daí porque falta racionalidade à afirmação de que a modernização trabalhista trouxe prejuízos ao trabalhador e à economia”, escreveu. Em editorial, o jornal também já afirmou que não se pode atribuir à reforma as taxas de desocupação e precarização elevadas.

Veículos de mídia não ‘aprenderam nada com a desgraça que ajudaram a produzir’

A movimentação midiática não passou despercebida. Pelo Twitter, o economista Uallace Moreira pontuou que “o mundo está

revendo as reformas neoliberais, inclusive a trabalhista. A reforma trabalhista no Brasil é um desastre: Precariza o mercado de trabalho e reduz a renda dos trabalhadores”.

“A reforma trabalhista não trouxe benefícios, nem reduziu o desemprego, os números mostram isso. Apenas intensificou a precarização e teve como objetivo beneficiar empresários e prejudicar trabalhadores. Bem distante da referida regulação ‘justa’ das relações socioeconômicas”, postou a professora de Direito Penal e Criminologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luciana Boiteux.

Impactos negativos da reforma trabalhista

Os números oficiais mostram a ineficácia da reforma e diversos estudos também apontam seus resultados negativos. Em agosto de 2021, foram lançados dois volumes da obra O trabalho pós reforma trabalhista (2017), resultado de uma parceria do centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir). À época, José Dari Krein, do Instituto de Economia da Unicamp falou à RBA sobre o impacto das mudanças de 2017.

Fonte: CUT

Matéria completa em cut.org.br